

**PARECER N.º           /2020.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PROJETO DE LEI N.º 70/2020.**

**OBJETO: RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL.**

**AUTOR: VEREADOR PROFESSOR DIEGO.**

**RELATOR: VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES.**

### **1. Relatório:**

De iniciativa do Ilustre Vereador Professor Diego, o Projeto de Lei n.º 70/2020 “reconhece de utilidade pública a Associação Atlética Banco do Brasil”.

Trata-se de uma associação de cunho cultural, sem fins econômicos, de duração por tempo indeterminado, registrada em cartório em 25 de junho de 1973 e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o n.º 16.944.522/0001-81.

Recebido o Projeto de Lei n.º 70/2020, a matéria foi regularmente distribuída à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria com a designação do Relator Vereador Olímpio Antunes para emitir o presente parecer.

## **2. Fundamentação:**

O Projeto de Lei n.º 70/2020 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos por força do disposto no artigo 102, inciso I, alíneas ‘a’ e ‘g’, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a fim de obter uma análise dos aspectos legais e constitucionais da matéria.

O Município, como ente federativo autônomo (artigo 18, *caput*, da Constituição Federal), possui competência constitucional para dispor, em âmbito local, acerca de matérias que lhe são concernentes (inciso I do artigo 30 da Constituição Federal).

Diante disso, as entidades que visem assistir os munícipes, desinteressadamente, podem vir a ser declaradas como de utilidade pública pelo Município, percebendo, em decorrência desse reconhecimento, benefícios públicos previstas na legislação.

A declaração ou o reconhecimento da utilidade pública vincula-se ao **interesse da coletividade**. Dessa forma, ao trabalhar em favor desse interesse, a entidade adquire uma utilidade que, voltada ao bem-estar social, constitui uma utilidade pública.

No entanto, para que a referida declaração seja alcançada, mostra-se necessário o atendimento de determinados requisitos, estatuídos por lei genérica de cada esfera de governo, que assegurem às entidades a natureza de utilidade pública. Nesse ponto não se justifica atribuir supremacia a uma norma federal que regule a declaração de utilidade das entidades privadas.

O requisito que se mostra fundamental para o reconhecimento da entidade como sendo de utilidade pública é o aspecto social da associação, exigindo-se normalmente a ausência de fins lucrativos. Da mesma forma, é praxe a cobrança de um período mínimo de funcionamento, com o objetivo de garantir a credibilidade da instituição.

Nota-se que a proposição sob análise vem acompanhada da documentação aludida na Lei Municipal n.º 1.296, de 30 de outubro de 1990, que elenca os requisitos mínimos, a fim de proporcionar o fiel cumprimento legal. Os documentos apensados dão mostra de que a referida entidade encontra-se registrada junto ao Ministério da Fazenda no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o n.º 16.944.522/0001-81, estando seu Estatuto Social devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos desta cidade, sob o n.º 100068, no Livro A-1, AV 00001, folha 47/56, página 1/10, em 25 de junho de 1973, bem como estatuto social de fls. 15/31, n.º 100068, liv. 43-A, pag. 77, av. 34, de 14 de agosto de 2017.

A finalidade desta Associação atende ao inciso II do artigo 3º da Lei n.º 1.296, de 30 de outubro de 1990, no quesito “contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades culturais do Município”, conforme descrição da finalidade da Associação, fls. 5, bem como o artigo 2º do estatuto, de “promover o desenvolvimento de atividade de caráter social, recreativo, cultural, cívico educacional e filantrópico”, dentre outros.

Para a instrução do pedido em tela, foram juntados aos autos, ainda, a ata de eleição dos membros dirigentes da atual diretoria da Associação, fls. 35/37, realizada em 12 de dezembro de 2017, bem como declaração de não remuneração dos membros da diretoria, fls. 38/39, e de estar a entidade em pleno funcionamento, fls. 38, e que não goza de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público (doc. em anexo).

O comprovante da publicação do extrato do Estatuto Social em órgão oficial, antes uma exigência prevista no inciso VIII do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.296, de 1990 e no artigo 121 da Lei Federal n.º 6.015/73, deixou de ser necessário ao reconhecimento de utilidade pública da associação, em face da modificação sofrida por este último dispositivo, por força da Lei Federal n.º 9.042, de 9 de maio de 1995.

Os documentos exigidos para instrução do processo legislativo de reconhecimento de utilidade pública (artigo 4.º da supracitada Lei n.º 1.296, de 1990) foram trazidos aos autos.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto, salvo melhor juízo, dou pela aprovação do Projeto de Lei n.º 70/2020.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 29 de dezembro de 2020; 76º da Instalação do Município.

VEREADOR OLÍMPIO ANTUNES

Relator Designado

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessário, que a Associação Atlética Banco do Brasil, inscrita no CNPJ 16.944.522/0001-81, na goza de favor decorrente de contrato de pessoas jurídicas de direito público.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Unai-MG 29 de dezembro de 2020.



---

Márcio Guerreiro  
Presidente